

ESTATAIS: PRIVATIZAÇÃO

Governo federal quer solução definitiva

O secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Fernando Fróes, declarou ontem que o governo vai propor aos Estados que privatizem estatais para reduzir parte das dívidas mobiliárias. De sua parte, o Executivo está estudando a redução de juros e aumento de prazos para as dívidas dos Estados com a Eletrobrás, e a concessão de empréstimos e avais para financiamentos, inclusive externos.

Para pagar parte dos débitos, os Estados lançariam títulos lastreados em ações de estatais, utilizáveis como moeda de privatização. Fróes disse que não há pressão sobre os governadores. "São os próprios Estados que estão interessados em

encontrar uma solução para suas dívidas", afirmou. "Só existem exigências quando um dos lados não quer o saneamento."

Fróes declarou que os Estados precisam de uma solução urgente para as dívidas, pois, em conjunto com os municípios, tiveram um déficit de R\$ 6,5 bilhões no primeiro semestre, por causa dos juros. Não fossem estes pagamentos, a situação dos Estados e municípios seria superavitária, com as receitas superando as despesas em R\$ 3,5 bilhões.

O saneamento das finanças estaduais depende fundamentalmente da reforma administrativa, segundo Fróes. "Sem esta condição, mesmo que as dívidas fossem zeradas agora, voltariam a crescer em dois ou três anos", afirmou. O secretário-adjunto disse ainda que

o governo federal, incluindo as estatais, terá este ano receitas suficientes para pagar suas dívidas. "O resultado operacional, com pagamento de juros, será equilibrado", afirmou.

Segundo o governo, só a reforma administrativa será capaz de deter o avanço acelerado dos gastos com pessoal, motivo principal do desequilíbrio das contas estaduais. A principal queixa que os

governadores têm feito ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, é que a estabilidade impede a demissão de funcionários, o que impossibilita a redução da folha de pessoal. Outro problema dos governadores é o excesso de autonomia dos poderes Legislativo e Judiciário dos

Estados para aumentar salários e vantagens dos servidores.

De acordo com os governadores, os outros poderes simplesmente concedem os aumentos e mandam a conta para o Executivo, sem se preocupar com a disponibilidade de recursos. Além de permitir que os Estados demitam, a reforma administrativa permitiria acabar com o que o Malan chama de "abusos adquiridos", ou seja, salários e aposentadorias milionárias fora da realidade financeira dos Estados.

O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, defendeu ontem que a rolagem das dívidas mobiliárias dos Estados não passe pela troca de títulos estaduais por títulos federais.

**Alberto Fernandes/AE
e Mônica Izaguirre/AE**

JORNAL DA TARDE

O governo está estudando a redução de juros e aumento de prazos para as dívidas dos Estados com a Eletrobrás